

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019, da Cooperativa de Crédito de Crédito de Livre Admissão de Pará de Minas Ltda. – SICOOB ASCICRED, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB ASCICRED completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB ASCICRED obteve um resultado de R\$ 8.765.559,83 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 23,57%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 170.567.357,83. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 67.091.437,79.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 67.091.437,79	100%
--------------------	-------------------	------

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 22,77% da carteira, no montante de R\$ 15.278.062,00.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 199.706.711,91, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 11,42%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 52.923.497,03	26,50%
Depósito Sob Aviso	R\$ 84.160,11	0,04%
Depósitos a Prazo	R\$ 146.699.054,77	73,46%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 23,94% da captação, no montante de R\$ 47.807.130,88.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do SICOOB ASCICRED é de R\$ 37.194.148,17. O quadro de associados era composto por 5.289 Cooperados, havendo um acréscimo de 9,41% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB ASCICRED adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bianualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB ASCICRED aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB ASCICRED registrou 2 (duas) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 2 (duas) reclamações, todas foram consideradas improcedentes.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Pará de Minas - MG, 16 de Janeiro de 2019.



José Pacífico Ferreira
**Diretor Comercial e de
Desenvolvimento**

Hudson Campolina Altivo
**Diretor Coordenador e
Financeiro**

Antônio Jacinto Pereira
Diretor Administrativo

Osmano Diniz França
Presidente do Conselho de Administração

Alan Kardec Marinho
Conselho Vogal

Karina Monteiro Lopes
Conselho Vogal

Marta Maria Duarte Baeta
Conselho Vogal

Maria Mônica V. Guimarães
Conselho Vogal

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA
SICOOB ASCICRED
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos reais – R\$)

A T I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		220.902.785,00	198.114.681,92
Disponibilidades		994.719,55	826.216,16
Relações Interfinanceiras	4	170.567.357,83	147.528.750,86
Centralização Financeira - Cooperativas		170.567.357,83	147.528.750,86
Operações de Crédito	7	48.252.163,16	48.387.508,48
Operações de Crédito		49.345.877,18	49.699.398,51
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.093.714,02)	(1.311.890,03)
Outros Créditos	8	931.538,04	1.023.996,40
Créditos por Avais e Fianças Honrados		28.967,84	43.053,23
Rendas a Receber		784.703,54	849.008,86
Diversos		144.635,92	167.410,71
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(26.769,26)	(35.476,40)
Outros Valores e Bens	9	157.006,42	348.210,02
Outros Valores e Bens		33.483,06	546,00
Despesas Antecipadas		123.523,36	347.664,02
Realizável a Longo Prazo		19.378.361,25	16.964.678,91
Títulos e Valores Mobiliários	5	21.000,00	21.000,00
Moedas de Privatização		21.000,00	21.000,00
Operações de Crédito	7	18.839.274,63	16.435.717,62
Operações de Crédito		19.357.335,81	16.958.017,24
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(518.061,18)	(522.299,62)
Outros Créditos	8	518.086,62	507.961,29
Diversos		518.086,62	507.961,29
Permanente		4.644.271,96	3.896.038,57
Investimentos	10	3.676.092,84	2.768.820,13
Participações em Coligadas e Controladas - No País		446.030,40	389.684,71
Participações em Cooperativas		3.181.684,29	2.330.532,99
Outros Investimentos		48.378,15	48.602,43
Imobilizado em Uso	11	934.442,32	1.112.026,61
Outras Imobilizações de Uso		2.512.836,55	2.491.226,48
(Depreciações Acumuladas)		(1.578.394,23)	(1.379.199,87)
Intangível		33.736,80	15.191,83
Ativos Intangíveis		54.927,89	183.741,12
(Amortização Acumulada)		(21.191,09)	(168.549,29)
TOTAL DO ATIVO		244.925.418,21	218.975.399,40

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA
SICOOB ASCICRED
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos reais – R\$)

P A S S I V O	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		207.118.902,48	186.650.595,26
<u>Depósitos</u>	12	199.706.711,91	179.244.964,08
Depósitos à Vista		52.923.497,03	46.043.583,07
Depósitos Sob Aviso		84.160,11	87.547,46
Depósitos a Prazo		146.699.054,77	133.113.833,55
<u>Relações Interdependências</u>	13	881.004,96	1.895.923,68
Recursos em Trânsito de Terceiros		881.004,96	1.895.923,68
<u>Outras Obrigações</u>	14	6.531.185,61	5.509.707,50
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		169.764,44	43.107,09
Sociais e Estatutárias		4.033.238,64	3.400.467,93
Fiscais e Previdenciárias		434.529,66	432.623,13
Diversas		1.893.652,87	1.633.509,35
Exigível a Longo Prazo		612.367,56	507.961,29
<u>Outras Obrigações</u>	14	612.367,56	507.961,29
Diversas		612.367,56	507.961,29
Patrimônio Líquido	16	37.194.148,17	31.816.842,85
<u>Capital Social</u>		8.016.818,39	7.921.081,51
De Domiciliados no País		8.016.818,39	7.921.081,51
<u>Reserva de Lucros</u>		21.046.698,62	17.735.089,70
<u>Sobras Acumuladas</u>		8.130.631,16	6.160.671,64
TOTAL		244.925.418,21	218.975.399,40

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA
SICOOB ASCICRED
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos reais – R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		6.938.134,17	14.524.698,28	15.050.975,35
Operações de Crédito		6.938.134,17	14.524.698,28	15.050.975,35
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(4.441.934,12)	(9.426.455,53)	(9.663.450,38)
Operações de Captação no Mercado		(4.257.456,20)	(8.707.890,16)	(8.626.269,79)
Provisão para Operações de Créditos	7.e	(184.477,92)	(718.565,37)	(1.037.180,59)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		2.496.200,05	5.098.242,75	5.387.524,97
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		2.118.169,88	4.184.473,78	3.809.408,28
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.004.309,22	3.843.336,70	3.051.174,16
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		1.364.212,06	2.710.032,60	2.636.436,22
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	21	(3.463.800,52)	(6.751.982,27)	(6.172.381,88)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(2.568.640,23)	(5.157.300,99)	(4.734.182,84)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(175.467,68)	(358.510,95)	(257.547,25)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.732.233,16	9.376.215,35	9.043.151,55
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	674.881,07	1.614.127,07	866.837,97
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(449.557,20)	(1.091.443,73)	(624.079,65)
Resultado Operacional		4.614.369,93	9.282.716,53	9.196.933,25
Resultado Não Operacional	25	11.817,50	65.414,46	52.278,21
Resultado Antes da Tributação		4.626.187,43	9.348.130,99	9.249.211,46
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(281.073,06)	(582.571,16)	(448.251,97)
Sobras / Perdas antes das Destinações		4.345.114,37	8.765.559,83	8.800.959,49
Destinações legais e Estatutárias	15.f	-	(2.634.928,67)	(2.640.287,85)
F.A.T.E.S.			(875.804,46)	(880.095,95)
Reserva Legal			(1.751.608,91)	(1.760.191,90)
F.A.T.E.S. Atos não cooperativos			(7.515,30)	
Reversão de Reservas				
Lucro / Prejuízo (Sobra / Perda) Líquido		4.345.114,37	6.130.631,16	6.160.671,64
Juros ao Capital Próprio				

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA

SICOOB ASCICRED

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reserva de Capital	Reservas de Sobras						Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar		Legal	Estatutárias	Contingências	Expansão	Lucro a Realizar	Especiais		
Saldos em 31/12/2017	7.693.562,77	(9.247,85)		12.774.897,78						5.435.598,30	25.894.811,00
Ajuste de Exercício Anterior											-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:											-
Ao FATES											-
Constituição de Reservas				3.200.000,02						(3.200.000,02)	-
Em Conta Corrente do Associado										(1.782.914,33)	(1.782.914,33)
Ao Capital	445.733,10									(445.733,10)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados										(6.950,85)	(6.950,85)
Movimentações de Capital:											-
Por Subscrição/Realização	208.395,44	6.134,66									214.530,10
Por Devolução (-)	(423.496,61)										(423.496,61)
Estorno de Capital											-
Reversões de Reservas											-
Sobra / Perda Líquida										8.800.959,49	8.800.959,49
Provisão de Juros ao Capital Próprio											-
Subscrição do Juros ao Capital Próprio											-
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio											-
Fates Atos Não Cooperativos											-
Destinação da Sobra do Exercício:											-
. Fundo de Reserva				1.760.191,90						(1.760.191,90)	-
. F A T E S										(880.095,95)	(880.095,95)
Saldos em 31/12/2018	7.924.194,70	(3.113,19)	-	17.735.089,70	-	-	-	-	-	6.160.671,64	31.816.842,85
Saldos em 31/12/2018	7.924.194,70	(3.113,19)	-	17.735.089,70	-	-	-	-	-	6.160.671,64	31.816.842,85
Ajuste de Exercício Anterior											-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:											-
Ao FATES											-
Constituição de Reservas				1.560.000,01			2.000.000,00			(3.560.000,01)	-
Em Conta Corrente do Associado										(2.061.555,27)	(2.061.555,27)
Ao Capital	521.918,99									(521.918,99)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados										(17.197,38)	(17.197,38)
Movimentações de Capital:											-
Por Subscrição/Realização	203.906,67	1.150,00									205.056,67
Por Devolução (-)	(631.238,78)										(631.238,78)
Estorno de Capital											-
Reversões de Reservas							(2.000.000,00)			2.000.000,00	-
Sobra / Perda Líquida										8.765.559,83	8.765.559,83
Provisão de Juros ao Capital Próprio											-
Subscrição do Juros ao Capital Próprio											-
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio											-
Fates Atos Não Cooperativos										(7.515,30)	(7.515,30)
Destinação da Sobra do Exercício:											-
. Fundo de Reserva				1.751.608,91						(1.751.608,91)	-
. F A T E S										(875.804,46)	(875.804,46)
Saldos em 31/12/2019	8.018.781,58	(1.963,19)	-	21.046.698,62	-	-	-	-	-	8.130.631,15	37.194.148,16
Saldos em 30/06/2019	8.246.370,19	(2.563,19)	-	19.295.089,71	-	-	2.000.000,00	-	-	4.420.445,46	33.959.342,17
Ajuste de Exercício Anterior											-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:											-
Ao FATES											-
Constituição de Reservas										-	-
Em Conta Corrente do Associado										-	-
Ao Capital										-	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados										-	-
Movimentações de Capital:											-
Por Subscrição/Realização	98.252,66	600,00									98.852,66
Por Devolução (-)	(325.841,27)										(325.841,27)
Estorno de Capital											-
Reversões de Reservas							(2.000.000,00)			2.000.000,00	-
Sobra / Perda Líquida										4.345.114,37	4.345.114,37
Provisão de Juros ao Capital Próprio											-
Subscrição do Juros ao Capital Próprio											-
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio										(7.515,30)	(7.515,30)
Fates Atos Não Cooperativos											-
Destinação da Sobra do Exercício:											-
. Fundo de Reserva				1.751.608,91						(1.751.608,91)	-
. F A T E S										(875.804,46)	(875.804,46)
Saldos em 31/12/2019	8.018.781,58	(1.963,19)	-	21.046.698,62	-	-	-	-	-	8.130.631,16	37.194.148,17

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA
SICOOB ASCICRED
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	4.345.114,37	8.765.559,83	8.800.959,49
Depreciações e Amortizações	144.367,14	303.835,60	272.754,58
Provisão para Perda com Operações de Crédito	(310.373,73)	(222.414,45)	(36.814,53)
	4.179.107,78	8.846.980,98	9.036.899,54
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(368.861,33)	(2.045.797,24)	(13.870.844,18)
Outros Créditos	194.631,11	82.333,03	(724,56)
Outros Valores e Bens	64.988,74	191.203,60	(251.734,07)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	8.975.824,14	6.879.913,96	5.642.026,75
Depósitos sob Aviso	(4.892,33)	(3.387,35)	(1.544,69)
Depósitos a Prazo	595.850,64	13.585.221,22	5.323.804,45
Relações Interdependências	872.738,01	(1.014.918,72)	(1.286.511,95)
Outras Obrigações	801.186,63	1.125.884,38	700.645,35
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	15.310.573,39	27.647.433,86	5.292.016,64
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	-	32.260,50	- 1.019,26
Inversões em Imobilizado de Uso	- 13.602,00	- 102.008,50	- 436.817,82
Inversões em Investimentos	- 632.529,36	- 917.799,99	- 812.281,14
Outros Ajustes			754,02
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(646.131,36)	(1.052.068,99)	(1.249.364,20)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por Aportes de Capital	(226.988,61)	(427.358,85)	214.530,10
Devolução de Capital à Cooperados		1.176,74	(423.496,61)
Destinação de Sobra de Exercício Anterior em C/C Associados		(2.061.555,27)	(1.782.914,33)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(7.515,30)	(7.515,30)	
FATES - Sobra Exercício	(875.804,46)	(875.804,46)	(880.095,95)
Cotas de Capital à Pagar Ex-associados		(17.197,38)	(6.950,85)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(1.110.308,37)	(3.388.254,52)	(2.878.927,64)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	13.554.133,66	23.207.110,35	1.163.724,80
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	158.007.943,72	148.354.967,03	147.191.242,22
No Fim do Período	171.562.077,38	171.562.077,38	148.354.967,02
Variação Líquida das Disponibilidades	13.554.133,66	23.207.110,35	1.163.724,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA. SICOOB
ASCICRED**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA. - SICOOB ASCICRED**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **19/12/1995**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ASCICRED** possui **3** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ANTUNES – MG, IGARATINGA - MG, PARÁ DE MINAS - MG.**

O **SICOOB ASCICRED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31 de janeiro de 2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	994.719,55	826.216,16
Relações interfinanceiras - centralização financeira	170.567.357,83	147.528.750,86
TOTAL	171.562.077,38	148.354.967,02

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Vinculados a Prestação de Garantias	21.000,00	21.000,00
TOTAL	21.000,00	21.000,00

Tal recurso tem por objetivo garantir aluguel do Pa 02 localizado na Av. Presidente Vargas nº 785 Bairro Vila Raquel Pará de Minas – MG.

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	170.567.357,83	147.528.750,86
TOTAL	170.567.357,83	147.528.750,86

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019 e 31/12/2018** foram respectivamente **R\$ 9.376.215,35 e R\$ 9.043.151,55**.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	43.616.703,52	12.646.282,07	56.262.985,59	58.093.197,23
Financiamentos	5.729.173,66	6.711.053,74	12.440.227,40	8.564.218,52
Total de Operações de Crédito	49.345.877,18	19.357.335,81	68.703.212,99	66.657.415,75
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.093.714,02)	(518.061,18)	(1.611.775,20)	(1.834.189,65)
TOTAL	48.252.163,16	18.839.274,63	67.091.437,79	64.823.226,10

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	7.822.883,36	569.518,48	8.392.401,84		5.331.594,02	
A 0,5% Normal	24.132.061,17	5.624.209,58	29.756.270,75	(148.781,35)	28.825.805,36	(144.129,03)
B 1% Normal	13.225.469,35	4.109.794,43	17.335.263,78	(173.352,64)	23.112.800,36	(231.128,00)
B 1% Vencidas	72.690,45	60.529,71	133.220,16	(1.332,20)	136.442,00	(1.364,42)
C 3% Normal	7.920.431,17	1.681.598,00	9.602.029,17	(288.060,88)	5.220.016,73	(156.600,50)
C 3% Vencidas	281.314,21	4.854,76	286.168,97	(8.585,07)	114.078,55	(3.422,36)
D 10% Normal	1.488.609,85	312.290,29	1.800.900,14	(180.090,01)	2.264.909,69	(226.490,97)
D 10% Vencidas	138.392,15	66.344,57	204.736,72	(20.473,67)	148.635,25	(14.863,53)
E 30% Normal	271.379,68	0,00	271.379,68	(81.413,90)	228.417,08	(68.525,12)
E 30% Vencidas	159.255,90	0,00	159.255,90	(47.776,77)	132.983,81	(39.895,14)
F 50% Normal	109.416,73	0,00	109.416,73	(54.708,37)	155.249,60	(77.624,80)
F 50% Vencidas	84.358,09	0,00	84.358,09	(42.179,05)	187.828,78	(93.914,39)
G 70% Normal	458,22	0,00	458,22	(320,75)	6.434,82	(4.504,37)
G 70% Vencidas	5.859,55	2.981,99	8.841,54	(6.189,08)	68.311,16	(47.817,81)
H 100% Normal	200.079,24	0,00	200.079,24	(200.079,24)	145.720,43	(145.720,43)
H 100% Vencidas	350.326,47	8.105,59	358.432,06	(358.432,06)	578.188,11	(578.188,11)
Total Normal	55.170.788,77	12.297.410,78	67.468.199,55	(1.126.807,14)	65.290.948,09	(1.054.723,22)
Total Vencidos	1.092.196,82	142.816,62	1.235.013,44	(484.967,90)	1.366.467,66	(779.465,76)
Total Geral	56.262.985,59	12.440.227,40	68.703.212,99	(1.611.775,04)	66.657.415,75	(1.834.188,98)
Provisões	(1.443.300,82)	(168.474,38)	(1.611.775,20)		(1.830.513,29)	
Total Líquido	54.819.684,77	12.271.753,02	67.091.437,79		64.826.902,46	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	24.563.067,76	19.053.635,76	12.646.282,07	56.262.985,59
Financiamentos	1.556.883,78	4.172.289,88	6.711.053,74	12.440.227,40
TOTAL	26.119.951,54	23.225.925,64	19.357.335,81	68.703.212,99

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	10.184.968,32	1.374.733,37	11.559.701,69	17%
Setor Privado - Indústria	998.727,89	90.517,96	1.089.245,85	2%
Setor Privado - Serviços	31.389.484,35	5.010.961,97	36.400.446,32	53%
Pessoa Física	13.104.996,45	5.900.923,57	19.005.920,02	28%
Outros	584.808,58	63.090,53	647.899,11	1%
TOTAL	56.262.985,59	12.440.227,40	68.703.212,99	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.834.189,65	1.871.004,18
Constituições/Reversões	727.272,51	1.168.905,76
Transferência para prejuízo	(949.686,96)	(1.205.720,29)
TOTAL	1.611.775,20	1.834.188,98

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.648.811,55	2,00%	1.815.010,98	3,00%
10 Maiores Devedores	9.432.791,02	14,00%	12.894.389,94	19,00%
50 Maiores Devedores	25.737.249,11	37,00%	29.805.476,28	45,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	3.813.387,12	3.233.726,14
Valor das operações transferidas no período	949.686,96	1.205.720,29
Valor das operações recuperadas no período	(491.491,94)	(626.059,31)
TOTAL	4.271.582,14	3.813.387,12

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 94.731,27**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	28.967,84	43.053,23
Serviços prestados a receber (b)	109.546,45	84.829,96
Outras rendas a receber (c)	675.157,09	764.178,90
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais (d)	13.380,53	39.292,92
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	185,57	274,72
Devedores por depósitos em garantia (e)	518.086,62	507.961,29
Impostos e contribuições a compensar (f)	754,50	0,00
Títulos e créditos a receber	85.380,94	88.893,74
Devedores diversos – país (g)	44.934,38	38.949,33
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (h)	(26.769,26)	(35.476,40)
TOTAL	1.449.624,66	1.531.957,69

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 60.702,45.), rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 48.844,00).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CENTRAL CECREMGE (R\$ 653.830,05) referente ao mês de dezembro 2019, rendas a receber convênio INSS (R\$ 3.346,68) e outras rendas a receber (R\$ 17.980,36).

(d) Refere-se à antecipação de férias relativo janeiro 2020.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos não Cooperativos (R\$. 518.086,62) que se encontra em discussão judicial.

(f) Refere-se a IOF a compensar recolhido a maior sobre operações de crédito.

(g) Em Devedores Diversos encontra-se registrado: Diferença de Caixa (R\$ 7.753,90), Pendência a Regularizar (R\$ 70,00) e Pendência a Regularizar Bancoob (R\$ 37.110,48)

(h) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30%	Normal	0,00	3.140,83	0,00	3.140,83	-942,25	0,00	0,00
E 30%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.561,80	-768,54
F 50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.073,84	-1536,92
F 50%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.570,85	-2285,43
G 70%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.537,44	-4576,21
H 100%	Vencidas	0,00	25.827,01	0,00	25.827,01	-25827,01	26.309,30	-26309,30
Total Normal		0,00	3.140,83	0,00	3.140,83	(942,25)	3.073,84	(1.536,92)
Total Vencidos		0,00	25.827,01	0,00	25.827,01	(25.827,01)	39.979,39	(33.939,48)
Total Geral		0,00	28.967,84	0,00	28.967,84	(26.769,26)	43.053,23	(35.476,38)

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	33.119,06	0,00
Material em Estoque	364,00	546,00
Despesas Antecipadas (b)	123.523,36	347.664,02
TOTAL	157.006,42	348.210,02

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 56.265,58), processamento de dados (R\$ 1.062,42), vale refeição (R\$ 66.195,36).

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	3.181.684,29	2.330.532,99
Participações inst financ controlada coop crédito	446.030,40	389.684,71
Outros Investimentos	48.378,15	48.602,43
TOTAL	3.676.092,84	2.768.820,13

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Instalações	10%	142.450,45	142.450,45
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(52.835,98)	(24.345,82)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	897.623,78	925.206,36
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(483.305,80)	(423.675,29)
Sistema de Comunicação	20%	20.043,80	20.043,80
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.163.896,22	1.184.320,32
Sistema de Segurança	10%	120.059,42	120.685,67
Sistema de Transporte	20%	168.762,88	98.519,88
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(1.042.252,45)	(931.178,76)
TOTAL		934.442,32	1.112.026,61

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	52.923.497,03		46.043.583,07	
Depósito Sob Aviso	84.160,11	0,34	87.547,46	0,45
Depósito a Prazo	146.699.054,77	0,37	133.113.833,55	0,48
TOTAL	199.706.711,91		179.244.964,08	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	7.500.752,48	3,76%	8.708.431,13	5,00%
10 Maiores Depositantes	33.770.654,56	16,91%	33.851.835,63	19,00%
50 Maiores Depositantes	70.512.461,33	35,31%	71.513.877,13	40,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.988,96)	(5.263,13)
Despesas de Depósitos a Prazo	(8.415.869,65)	(8.360.606,69)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(287.031,55)	(260.399,97)
TOTAL	(8.707.890,16)	(8.626.269,79)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	879.000,00	1.895.000,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	2.004,96	923,68
TOTAL	881.004,96	1.895.923,68

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	169.764,44		43.107,09	
Sociais e Estatutárias	4.033.238,64		3.400.467,93	
Fiscais e Previdenciárias	434.529,66		432.623,13	
Diversas	1.893.652,87	612.367,56	1.542.228,41	599.242,23
TOTAL	6.531.185,61	612.367,56	5.418.426,56	599.242,23

14.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	2.578.435,73	2.093.518,44
Resultado de Atos com não associados	1.181.763,18	1.174.247,88
Gratificações e Participações a Pagar (b)	67.172,36	0,00
Cotas de Capital a Pagar ©	205.867,37	132.701,61
TOTAL	4.033.238,64	3.400.467,93

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a valores provisionados para pagamento cumprimento de metas conforme regulamento interno ano base 2019.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	49.745,16	114.625,66
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	13.432,65	15.099,36
Impostos e Contribuições sobre Salários	300.247,35	231.263,35
Outros	71.104,50	71.634,76
TOTAL	434.529,66	432.623,13

14.3. Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	0,00	0,00	120,00	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	13.135,70	0,00	649,74	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	440.772,98	0,00	248.604,96	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	821.599,00	0,00	791.722,26	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (b)	612.367,56	0,00	599.242,23	0,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	57.617,61	28,55	62.974,43	93,93
Credores Diversos – País (d)	560.499,03	0,00	438.063,09	0,00
TOTAL	2.505.991,88	28,55	2.141.376,71	93,93

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 642.610,40) e outras despesas administrativas água/energia/gás (R\$ 5.190,52), aluguéis (R\$ 32.632,88), comunicações (R\$ 4.835,63), propaganda e publicidade (R\$ 3.849,00), promoções e relações públicas (R\$ 560,00), segurança e vigilância (R\$ 460,51), manutenção e conservação de bens (R\$ 17.537,18), transporte (R\$ 6.541,90), seguro (R\$ 1.641,32), compensação (R\$ 26.256,49), seguro prestamista (R\$ 45.693,10), provisões de despesas com cartões (R\$ 18.289,83), outras despesas administrativas (R\$ 14.538,87) e outros pagamento (R\$ 961,37).

(b) Provisão para Passivos Contingentes

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Para Interposição de recursos Fiscais – Lei 9703/98 (I)	518.086,62	507.961,29
Outros Tributos	94.280,94	91.280,94
TOTAL	612.367,56	599.242,23

(b.1) COFINS – quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registro as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 à julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósito em Garantia.

(c) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN

nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.758.244,82 (R\$ 4.086.396,20 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível/Percentual de Risco/Situação		31/12/2019		31/12/2018	
		Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	Provisão	Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	Provisão
AA	-	118.734,52	0,00	169.068,01	0,00
A	0,5%	3.403.744,29	17.018,60	2.198.303,00	10.991,49
B	1%	684.218,44	6.842,19	1.203.891,47	12.039,02
C	3%	397.557,83	11.926,78	342.236,25	10.267,08
D	10%	128.525,03	12.852,52	132.381,88	13.238,21
E	30%	19.659,06	5.897,74	31.335,95	9.400,79
F	50%	5.394,65	2.697,33	2.864,99	1.432,50
G	70%	0,00	0,00	2.051,26	1.435,88
H	100%	411,00	411,00	4.263,39	4.263,39
TOTAL		4.758.244,82	57.646,16	4.086.396,20	63.068,36

(d) Refere-se a diferença de caixa (R\$ 13.249,78), pendências a regularizar bancoob (R\$ 93.626,99), créditos de terceiros (R\$ 1.122,21), mensalidade cooperativa central (R\$ 15.090,77), saldos credores – encerramento c/c (R\$ 2.872,64), cheques depositados (R\$ 433.315,90), devolução saldo credor – cartões (R\$ 1.220,74).

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ASCICRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	8.016.818,39	7.921.081,51
Associados	5.289	4.834

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão: Foi autorizado na Assembleia Geral Ordinária realizada dia 21 de fevereiro de 2019 a destinação de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o Fundo de Expansão com a finalidade de aquisição e construção da Sede própria da cooperativa, porém como não foi realizada, foi revertido para sobras levando para distribuição na Assembleia de 2020.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 21.02.2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 521.918,99.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	8.765.559,83	8.800.959,49
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(7.515,30)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.758.044,53	8.800.959,49
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 20%	(1.751.608,91)	(1.760.191,90)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(875.804,46)	(880.095,96)
Sobras Líquidas do Exercício	6.130.631,16	6.160.671,63
Reversão de Reservas de Expansão	2.000.000,00	0,00
Sobras a disposição da Assembleia	8.130.631,16	6.160.671,63

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	3.146.479,31	2.235.880,76
Despesas específicas de atos não cooperativos	(550.924,24)	(371.725,19)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.144.541,63)	(787.303,92)
Resultado operacional	1.451.013,44	1.076.851,65
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	65.414,46	52.278,21
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.516.427,90	1.129.129,86
Imposto de Renda e da Contribuição Social	(582.571,16)	(448.251,97)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	933.856,74	680.877,89
Receitas de Vendas de Consórcios com associados	-	(205.840,05)
Receitas de Vendas de Seguro com associados	-	(293.377,67)
Receitas de Recebimento de faturamento e antecipação de recebíveis SIPAG	-	(343.470,32)
Outras deduções (conforme res 129/16 e res. 145/16)	(926.341,44)	-
Resultado de Atos não Cooperativos	7.515,30	(161.810,14)

18. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	475.897,19	664.746,96
Rendas de Empréstimos	8.757.595,35	9.160.655,98
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.091.332,62	3.441.920,55
Rendas de Financiamentos	1.708.354,54	1.235.462,50
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	-	120,16
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	483.053,78	547.592,98
Receita de Créditos por Avais e Fianças Honrados	8.464,80	476,22
TOTAL	14.524.698,28	15.050.975,35

19. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações De Crédito De Liquidação Duvidosa	1.669.778,07	98.085,40
Outros Créditos De Liquidação Duvidosa	28.601,13	148,00
Despesas De Captação	(8.707.890,16)	(8.626.269,79)
Provisões para Operações de Crédito	(2.360.169,56)	(1.094.255,35)
Provisões para Outros Créditos	(56.775,01)	(41.158,64)
TOTAL	(9.426.455,53)	(9.663.450,38)

20. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	1.362.464,60	1.166.695,38
Rendas de Outros Serviços	2.480.872,10	1.884.478,78
TOTAL	3.843.336,70	3.051.174,16

21. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	699.926,10	632.384,30
Rendas de Serviços Prioritários - PF	269.882,98	285.889,51
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	25.132,40	102.840,02
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.715.091,12	1.615.322,39
TOTAL	2.710.032,60	2.636.436,22

22. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(131.362,66)	(90.978,49)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.005.679,12)	(989.930,65)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(800.619,10)	(766.933,65)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.338.285,90)	(1.234.527,48)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.469.902,73)	(3.083.230,51)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6.132,76)	(6.781,10)
TOTAL	(6.751.982,27)	(6.172.381,88)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(145.487,15)	(115.432,14)
Despesas de Aluguéis	(466.701,90)	(436.879,69)
Despesas de Comunicações	(53.733,66)	(53.154,18)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(160.931,76)	(103.509,24)
Despesas de Material	(84.854,85)	(67.456,83)
Despesas de Processamento de Dados	(483.121,60)	(85.117,79)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(218.840,95)	(389.092,69)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(119.393,00)	(118.287,67)
Despesas de Publicações	(2.250,00)	(6.839,78)

Despesas de Seguros	(179.529,83)	(105.562,93)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.603.908,14)	(1.521.808,49)
Despesas de Serviços de Terceiros	(147.837,05)	(286.961,80)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(378.496,50)	(409.139,96)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(102.358,68)	(111.574,07)
Despesas de Transporte	(179.060,67)	(176.139,80)
Despesas de Amortização	(19.618,01)	(36.085,20)
Despesas de Depreciação	(284.217,59)	(236.669,38)
Outras Despesas Administrativas	(394.526,30)	(399.790,48)
Emolumentos judiciais e cartórios	(50.010,23)	(36.627,86)
Contribuição a OCE	(50.327,66)	(38.052,86)
Rateio de despesas da Central	(11.285,94)	0,00
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(20.809,52)	0,00
TOTAL	(5.157.300,99)	(4.734.182,84)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	271.858,60	4.830,83
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	209.345,30	2.341,35
Dividendos	56.342,55	42.956,51
Deduções e abatimentos	0,01	0,00
Distribuição de sobras da central	127.572,30	178.512,76
Rendas oriundas de cartões de crédito	949.008,31	638.196,52
TOTAL	1.614.127,07	866.837,97

25. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(198.923,10)	(51.041,38)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.672,86)	(8.253,97)
Outras Despesas Operacionais	(690.364,39)	(207.546,58)
Descontos concedidos - operações de crédito	(1.191,36)	(27.472,33)
Cancelamento - tarifas pendentes	(199.292,02)	(329.765,39)
TOTAL	(1.091.443,73)	(624.079,65)

26. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	19.806,04	33.570,01
Outras Rendas não Operacionais	57.500,33	36.273,67
(-) Perdas de Capital	(1.766,58)	(5.329,18)

(-) Outras Despesas não Operacionais	(10.125,33)	(12.236,29)
Resultado Líquido	65.414,46	52.278,21

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	487.115,25	0,1580%	3.247,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.994.961,03	0,9716%	17.210,59
TOTAL	3.482.076,28	1,1296%	20.457,59
Montante das Operações Passivas	499.370,29	0,3346%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.322,01	36,60	0,5894%
Conta Garantida	0,25	0,00	0,0000%
Empréstimo	1.292.575,43	9.508,39	3,3594%
Financiamento	208.514,15	1.042,58	1,6761%
Títulos Descontados	118.086,57	0,00	0,8408%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	272.293,58	0,5154%	0%
Depósitos a Prazo	2.454.863,59	1,6724%	0,3748%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,3500%
Empréstimos	1,1914%
Financiamento	1,3200%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,2838%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,1592%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,8445%
Aplicações Financeiras	0,3346%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	7.086,98
Empréstimo	1.680.373,31
Financiamento	456.129,66

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
86.098,21	52.889,31

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(131.362,66)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.005.679,12)
Encargos Sociais	(240.613,09)

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARÁ DE MINAS LTDA. - SICOOB ASCICRED**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ASCICRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

As demonstrações contábeis do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datada de 29 de agosto de 2019, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referentes à data base 31 de dezembro de 2019 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado

nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais		518.086,62		507.961,29
Outros	94.280,94		91.280,94	
TOTAL	94.280,94	518.086,62	91.280,94	507.961,29

- a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB ASCICRED, existe processo judicial no qual a cooperativa figura como polo passivo, o qual foi classificado com risco de perda possível, no valor R\$ 19.000,00. Essa ação corresponde a processo cível.

COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 à julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

33. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, o Sicoob Confederação criou a Superintendência de Gestão de Riscos, e vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

PARÁ DE MINAS-MG 21 DE JANEIRO DE 2020

Osmano Diniz França
Presidente do Conselho de Administração

Antônio Jacinto Pereira
Diretor Administrativo

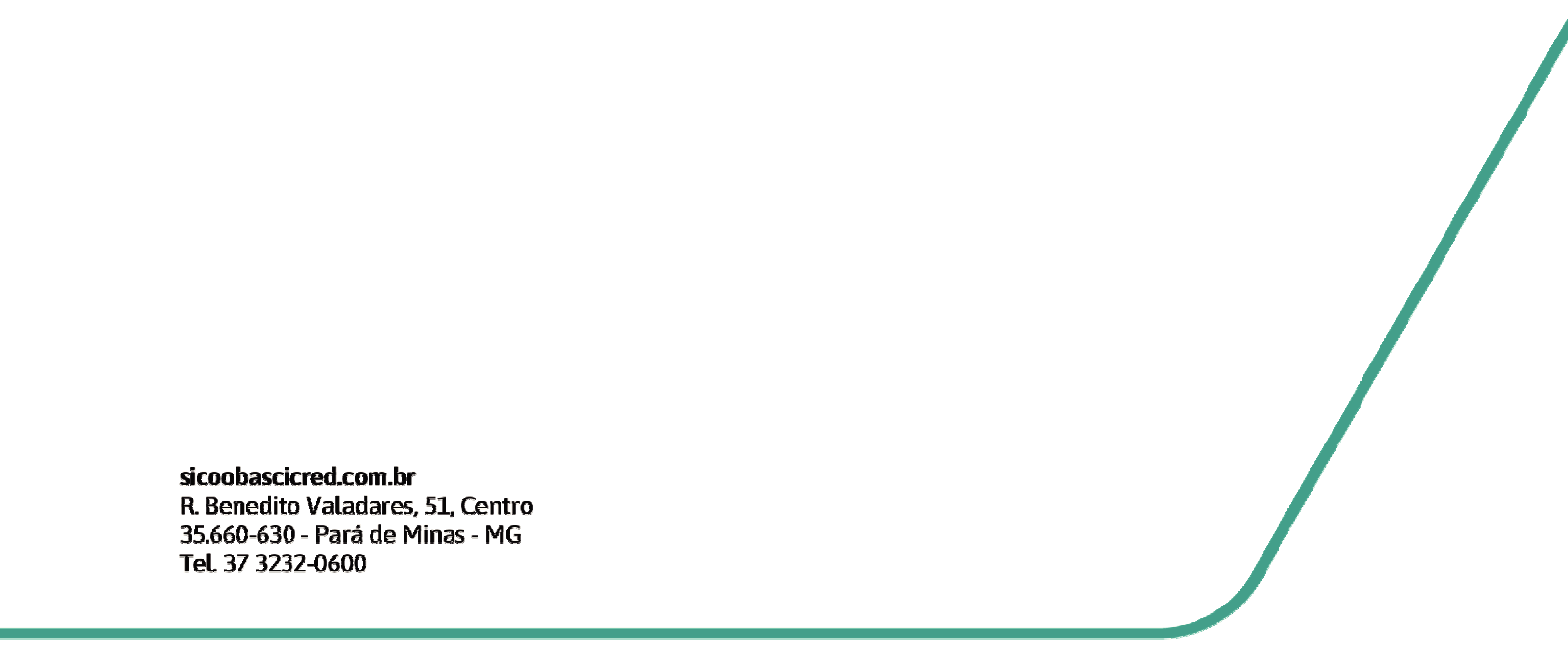


Hudson Campolina Altivo
Diretor Coordenador e Financeiro

José Pacífico Ferreira
Diretor Comercial e de Desenvolvimento

Eduardo de Almeida Rodrigues
Contador – CRC nº MG 07168/O-8

sicoobascicred.com.br
R. Benedito Valadares, 51, Centro
35.660-630 - Pará de Minas - MG
Tel. 37 3232-0600



Parecer Conselho Fiscal

O conselho fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pará de Minas Ltda. SICOOB ASCICRED reunido em 28 de janeiro de 2020 em cumprimento ao artigo 56 parágrafo 4 estatuto social, declara para os devidos fins legais e estatutários que procedeu aos exames de todos os documentos e peças contábeis que compreendem o balanço patrimonial relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro 2019, tendo encontrado tudo em ordem.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras representam adequadamente todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pará de Minas Ltda. SICOOB ASCICRED em 31 de dezembro 2019.

Assim são unânimes e favoráveis à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária das contas apresentadas pela diretoria no exercício de 2019.

Pará de Minas, 28 de Janeiro de 2020.

Danilo Torres de Faria
Conselheiro Fiscal Efetivo

MARCIA CECÍLIA DE ARAUJO
Conselheiro Fiscal Efetivo

MARIA JOSÉ AMARO PEDREIRA
Conselheiro Fiscal Efetivo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Crédito de Livre Admissão de Pará de Minas Ltda.
SICOOB ASCICRED
Pará de Minas/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Crédito de Livre Admissão de Pará de Minas Ltda. – SICOOB ASCICRED, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB ASCICRED em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se

concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 07 de fevereiro de 2020.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994